

ANAIS DO SETA, Número 1, 2007

DISCURSO LEXICOGRÁFICO: OS DICIONÁRIOS NO SÉCULO XIX

Dantielli Assumpção GARCIA¹

RESUMEN: En el texto, objetivamos presentar una análisis contrastiva-discursiva del Dicionário da Língua Portuguesa, de Antonio de Moraes e Silva, y del Dicionário da Língua Brasileira, de Luis Maria da Silva Pinto. Ese trabajo está dividido en tres partes: (i) fundamentación teórica, (ii) material y método, (iii) análisis de los prefacios.

Fundamentação teórica

Adotamos como perspectiva teórica a Análise de Discurso em articulação com a História das Idéias Lingüísticas. Desse modo, vemos o dicionário, objeto de estudo em questão, como um objeto discursivo (Collinot e Mazière, 1997; Orlandi, 2001, 2002; Nunes, 1996, 2002) que estabelece a relação entre a língua, o sujeito e a história na constituição do discurso lexicográfico. Por outro lado, em relação à História das Idéias Lingüísticas, o dicionário é visto como um instrumento lingüístico que conduz, segundo Auroux (1994: 65), “a descrever e a instrumentar uma língua”. A esse processo dá-se o nome de *gramatização*. Assim, por meio do discurso sobre a língua, o dicionário descreve costumes, falares e discursos de uma dada sociedade em um determinado espaço-tempo.

Conforme Orlandi (2002: 103), “A lexicografia discursiva vê, nos dicionários, discursos. Desse modo, na escuta própria à análise de discurso, podemos ler os dicionários como textos produzidos em certas condições, tendo seu processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória diante da língua”. Dessa maneira, ao ler-se a definição lexicográfica, podemos perceber o modo sócio-histórico, ideológico de conceber a língua.

Na História das Idéias Lingüísticas, o dicionário é visto como um *instrumento lingüístico* que prolonga a fala natural, permitindo o acesso a formas que não figuram na competência do locutor. A HIL vê os dicionários e as gramáticas como instrumentos lingüísticos que se relacionam com a sociedade e com a história, dessa forma, “transforma esses instrumentos em objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições e sua ordem cotidiana” (Orlandi, 2001: 8). Podemos concluir que os dicionários e as gramáticas são objetos de conhecimentos determinados sócio-historicamente.

No Brasil, explicita Orlandi, o século XIX é o momento em que há uma reivindicação por uma língua nacional e sua escrita, por uma literatura e sua escrita, por

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas/Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), São José do Rio Preto. Bolsista FAPESP, processo: 06/50947-0. E-mail: dantielligarcia@gmail.com

instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania. A HIL visa a compreender o modo como ocorre a relação do sujeito com os sentidos trabalhando esses objetos históricos – dicionários, gramáticas, obras literárias. Por fim, conforme Orlandi (2001: 9):

observar a constituição destes instrumentos tecnológicos é tratar do como a sociedade brasileira constrói elementos de sua identidade. A produção de tecnologias é parte do modo como qualquer sociedade se constitui historicamente. E a produção tecnológica relacionada com a linguagem é, não há dúvida, lugar privilegiado de observação do modo como uma sociedade produz seu conhecimento relativamente à sua realidade.

Dispositivo Analítico

Os conceitos que compõem nosso dispositivo de análise são: condições de produção, paráfrase e polissemia, formações imaginárias, nomenclatura, autoria e cópia discursiva. Todos esses conceitos permitem que haja uma maior compreensão da obra lexicográfica.

O conceito de *nomenclatura* é trabalhado em Collinot e Mazière (1997: 53-55). Segundo esses autores, o primeiro gesto de um lexicógrafo é elaborar a lista de entradas que constituirá a sua obra, cujo conjunto forma a chamada *nomenclatura*. Assim, o lexicógrafo recorta um número finito de palavras dentre todo o potencial da língua. Esse conceito para nossa pesquisa é importante, uma vez que poderemos perceber quais são as palavras que compõem a língua brasileira e a língua portuguesa. Algumas questões já formulamos em torno desse conceito: será que os dois dicionários apresentarão a mesma nomenclatura? Será que as palavras terão o mesmo significado/sentido nas duas línguas? Será que são realmente duas línguas diferentes? Assim, buscaremos refletir sobre as semelhanças e as diferenças existentes entre a nomenclatura das duas obras lexicográficas.

Ressalta Nunes (2002: 100) que, para compreender a historicidade dos dicionários, é necessário levar em conta as condições específicas de sua produção. Como *condições de produção* podemos entender as circunstâncias de enunciação e o contexto sócio-histórico, ideológico. As circunstâncias de enunciação – referindo-se ao contexto imediato – são: quem fala? (a posição do lexicógrafo), o quê? (a imagem do dicionário), para quem? (a imagem do público leitor do dicionário), em que circunstâncias? (o contexto em que o dicionário foi produzido ou utilizado). Para Nunes (2002: 100), ao se considerar as condições de produção, o “saber lexical não é tomado independentemente dessas condições, como saber ideal ou atemporal”. Assim, temos que o saber lingüístico – discurso lexicográfico – é um produto histórico, localizado na temporalidade e no espaço.

Consideraremos também os conceitos de *paráfrase* e *polissemia*. Segundo Orlandi (2002: 36), ao pensar discursivamente a linguagem torna-se difícil traçar limites entre o mesmo e o diferente, ou seja, todo o funcionamento da linguagem está assentado na tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos. Nos processos parafrásticos, há sempre algo que se mantém, dizível, memória – lado da estabilização. Já na polissemia, o que se tem é o deslocamento dos processos de significação. Pelos processos

polissêmicos produz-se uma ruptura do processo de produção da linguagem, geram-se movimentos que afetam o sujeito em sua relação com a história e com a língua – joga-se com o equívoco.

É necessário definir também as chamadas *formações imaginárias*. Segundo Pêcheux (1997: 82-83), todo processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias, que designam o lugar que os locutores atribuem a si, ao outro, a imagem que fazem do seu lugar e do lugar do outro. Em nosso trabalho, consideraremos a imagem do lexicógrafo, do público-leitor, do dicionário, da língua.

Para finalizar a exposição do dispositivo analítico, exporemos o conceito de *autor* e de *repetição empírica, formal e histórica*.

A *função autor* é considerada uma das especificações da função sujeito, é a função autor que estabelece o imaginário de unidade, homogeneidade de um discurso. Conforme Orlandi (2000: 61):

No sentido em que estamos tomando a noção de autoria, e que é uma extensão ao de Foucault, a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio de autoria. Desse modo atribuímos para qualquer discurso, colocando-o na origem da textualidade. E aí retomamos Foucault: o princípio de autor limita o acaso do discurso “pelo jogo de identidade que tem a forma da individualidade e do eu”.

Orlandi (1996: 15) ressalta que o espaço no qual o autor se insere com seu gesto enquanto autor deriva da sua “relação com a memória (saber discursivo), interdiscurso. O texto é essa peça significativa que, por um gesto de autoria, resulta da relação do ‘sítio significante’ com a exterioridade”. Em nosso trabalho, refletiremos sobre o papel de Luis Maria da Silva Pinto e de Antonio de Moraes e Silva enquanto autores de dicionários na constituição de um saber lingüístico.

Em relação à noção de *repetição*, Orlandi (2002: 54) propõe que, pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede. Entretanto, há injunções à estabilização, bloqueando o movimento significativo. Nesse caso, o sujeito não flui e o sentido não desloca. “Ao invés de se fazer um lugar para fazer sentido, ele é pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera. Só repete”. Assim temos três formas de repetição: (i) a repetição empírica (mnemônica), (ii) repetição formal e (iii) repetição histórica.

A repetição empírica se instaura por um exercício mnemônico que não historiciza, isto é, esta repetição não escreve o dizer enquanto memória constitutiva. Essa repetição não produz um evento interpretativo. A repetição formal (técnica) constitui-se como um outro modo de dizer o mesmo. Já a repetição histórica inscreve o dizer no repetível enquanto memória constitutiva, saber discursivo – interdiscurso.

Material e Método

Em Análise de Discurso, o *corpus* é instável e provisório. Para a sua delimitação não seguimos critérios empíricos, mas sim teóricos. De acordo com Orlandi (1998: 10), “Esse material [*corpus*] se organiza em função de um princípio teórico, segundo o qual a relação entre o lingüístico e o discursivo não é automática, não havendo biunivocidade

entre marcas lingüísticas e os processos discursivos de que são o traço (as pistas)”. Ao analisar os discursos, portanto, concebe-se um lugar para a descrição das sistematicidades lingüísticas, isto é, busca-se descrever o modo como o lingüístico aparece no discurso. Além disso, o que analisamos é o estado de um processo discursivo. Há, assim, a passagem entre a superfície lingüística (o material de linguagem bruto) e o objeto discursivo – *corpus* já de-superficializado. Esta de-superficialização ocorre na análise da materialidade lingüística, isto é, na análise do como se diz, de quem diz, em que circunstâncias.

Conforme ressalta Orlandi (1998: 15), a construção do *corpus* e da análise caminham juntas, são simultâneas: “a constituição do corpus já é a análise, pois é pelos procedimentos analíticos que podemos dizer o que faz parte e o que não faz parte do corpus”.

Nosso *corpus* é composto pelos dicionários: *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes e Silva, e *Dicionário da Língua Brasileira*, de Luis Maria da Silva Pinto.

O *DLP* é considerado o primeiro dicionário monolíngüe do português. Ele foi elaborado com base no *Vocabulário Portuguez-Latino* de Rafael Bluteau, mas com definições concisas, sem os extensos comentários que o vocabulário apresenta. De acordo com Nunes e Seligman (2003: 37), o *DLP* constitui o primeiro monolíngüe, o mais utilizado durante o século XIX, que teve sua primeira edição em 1789 e contou com oito reedições (1813, 1823, 1831, 1844, 1858, 1877, 1889, [19 - ?]).

Pouco sabemos sobre o *DLB*. As referências que temos é que o dicionário foi publicado em 1832, três anos depois de anunciada, pelo autor, sua elaboração em Ouro Preto. Seu autor, Luis Maria da Silva Pinto (1773-1869), é natural da província de Goiás. Em nossa pesquisa, objetivamos efetuar uma pesquisa biográfica e bibliográfica sobre o autor do *DLB* e também sobre o dicionário.

Na presente pesquisa, buscamos, dessa maneira, efetuar a análise dos enunciados definidores presentes nas amostragens de verbetes, tendo em vista explicitar as especificidades e as diferenças nos discursos dos dicionários em questão. Assim, analisaremos um conjunto de verbetes da letra P de cada dicionário. Segundo Nunes (2003: 22), o procedimento de recortar uma letra “tem a seu favor o fato de que qualquer domínio temático pode estar presente neste recorte”.

Além da análise das definições, também vamos efetuar a análise dos prefácios. Explicitaremos no prólogo a construção das imagens: do autor, do público leitor, do dicionário e da língua.

Análise

Pela análise dos prefácios, podemos notar que, nos dois dicionários, o locutor aparece em primeira pessoa explicitando o porquê da elaboração da obra, as etapas de sua constituição. No *DLP*, o lexicógrafo constitui-se como um “homem ingênuo”, ignorante por não conhecer as “coisas da Pátria”. Além disso, ele mostra que não é

português²: “Appliquei me pois á lição delles, e succedia me isto em **terra estranha**, onde me levarão trabalhos desconhecidos (...)”. No *DLB*, o eu-locutor também se constrói na perspectiva da primeira pessoa, porém no plural (nós): “(...) para com effeito dar o da Língua Brasileira, isto é comprehensivo das palavras, e frases entre **nós geralmente adoptadas** e, não somente d’aquellas que proferem os índios, como se presumia”. O locutor ademais se mostra como “editor no Ouro Preto”.

O público leitor do *DLB* são assinantes do dicionário: “O numero dos Srs. Assignantes desta, e mais Províncias do Império excedeo ao que parecera preciso para segurar as despesas (...)”. Já os leitores do *DLP* são leitores em geral, a “gente”, “quem tiver lido Bluteau”, “homens judiciosos”. Podemos perceber que no *DLB* há uma divisão dos leitores do dicionário: os assinantes e os não assinantes, diferentemente do *DLP*, em que a obra é para um público mais amplo.

O *DLB* é apresentado como um “auxiliar da gramática e da ortografia”. Conforme Pinto, o dicionário descreve o “nosso Idioma”, a “Língua Brasileira”. O autor explicita que “a raridade do Diccionario do nosso Idioma embora hajão diferentes edições do Fluminense *Antonio de Moraes Silva*, e de muito outros Lexicographos” fez com que ele elaborasse o *DLB*. Parece que Luis Maria não considera os outros dicionários como representantes da língua falada no Brasil, como representantes do “nosso Idioma”. Temos também que a elaboração da obra constituiu-se em um “esforço patriótico”. Acreditamos que o *DLB* tenta fundar uma nova discursividade na história do Brasil: “Nestas circunstancias restringi o meu Plano, lanzando ao prelo o presente Diccionario portátil, que **modificará a penúria occorrente e servirá de base a outra edição mais ampla**”. Orlandi (1993: 13) salienta que a instalação de um discurso fundador irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita fragmentos do ritual já instalado – da ideologia já significativa – apoiando-se em “retalhos” dele para instalar o novo. Acreditamos que o *DLB* aproveita-se do discurso da Independência do Brasil, para anunciar e tentar estabelecer a Língua Brasileira.

Em relação ao *DLP*, podemos perceber a imagem de um dicionário de autoridades, que utiliza os clássicos como um modo de legitimação do discurso: “Contento-me com a autoridade clássica que abone o sentido natural (...)”. Além disso, os autores clássicos surgem como auxiliares de instrução, por meio deles, pode-se sair “da vergonha, que tal negligência deve causar a todo homem ingênuo”.

Gostaríamos de ressaltar que o *DLB* não apresenta abonações, diferentemente do *DLP* que traz exemplos de autores clássicos. Podemos perceber algumas diferenças na concepção de língua: para Moraes, um dicionário de língua deve apresentar citação de autores, diferentemente de Pinto em que isso não ocorre. Ainda, conforme Murakawa (1998: 154):

(...) se tomarmos os pontos básicos da lexicografia moderna para elaboração de um dicionário [de língua], podemos ver o quanto Moraes avançou em relação ao seu tempo. Sua obra foi daí para frente, o ponto de partida e exemplo para quase todos os demais dicionários produzidos em língua portuguesa.

² Antonio de Moraes era brasileiro, nascido no Rio de Janeiro. Como muitas pessoas de sua época, foi estudar em Portugal, onde elaborou seu dicionário. Esse gesto estabelece uma relação entre Brasil e Portugal.

No texto *Um Velho Dicionário Impresso em Minas* (em Boletim da Biblioteca Pública de Minas Gerais “Prof. Luis de Besso”, 1.1 (1970), apud Dietrich, 1980), temos que o *DLB*:

Embora se intitulasse da “língua brasileira”, nada tinha que ver com a fala dos aborígenes brasílicos nem com os particularismos da linguagem corrente em nossa terra. Era simplesmente um léxico como tantos outros da língua vernácula de Portugal e do Brasil, com alguns poucos brasileirismos, forrageados provavelmente em Morais e Silva. É que os brasileiros se achavam ainda na lua de mel da independência nacional, quando o espírito nativista, então muito alvoroçado, não se contentava unicamente com autonomia política e almejava romper todos os laços que nos atavam à metrópole.

Por essas citações, podemos perceber que o *DLP* é reconhecido como um dicionário que contribuiu para a elaboração de outros dicionários, diferentemente do *DLB* que aparentemente copia obras. Parece que esse dicionário surge como algo que desestabiliza um discurso vigente, que rompe com o discurso da herança de Portugal ao Brasil, diferentemente do *DLP*, que, embora elaborado por um brasileiro, mostra-se fortemente relacionado com o discurso da Metrópole.

Referências Bibliográficas:

- AUROUX S. (1994) *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp.
- COLLINOT, A. & MAZIÈRE, F. (1997) *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- DIETRICH, W. (1980) *Bibliografia da língua portuguesa do Brasil*. Tübingen: Narr.
- MURAKAWA, C. de A. (1998). “Tradição lexicográfica em língua portuguesa: Bluteau, Moraes e Vieira”. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. & ISQUERDO, A. N. (orgs). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS.
- NUNES J. H. (1996) “Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários”. Tese de doutorado inédita, IEL/Unicamp.
- _____. & PETTER, M. (orgs) (2002) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanistas; Campinas: Pontes.
- _____. (2003) “Definição lexicográfica e discurso”. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, 11, 09-30.
- _____. & SELIGMAN, K (2003c). “Discurso lexicográfico: as reedições do Dicionário da Língua Portuguesa de Moraes”. *Alfa*, v. 47, 37-51.
- ORLANDI, E.P. (org). (1993). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes.
- _____. (1996). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*, Vozes, Petrópolis.
- _____. (org.) (1998). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes.
- _____. (2000) *Discurso e leitura*. Campinas: Cortez; Editora da Unicamp.
- _____. (org.) (2001). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat.
- _____. (2001) *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.
- _____. (2002) *Língua e conhecimento Lingüístico*. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, M. (1997) *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
- PINTO, L. M.da S. (1832) *Diccionario da língua brasileira*. Ouro Preto: Typografia de Silva.

SILVA, A. de M. (1789) *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.